

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana**  
Caruaru / PE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de março de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana  
CNPJ/MF nº 41.255.225/0001-76

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>120.011</b>	<b>114.370</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>52.742</b>	<b>56.196</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	829	273	DEPÓSITOS (NOTA 11)	44.224	48.333
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.008	-	Depósitos à Vista	28.745	25.444
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.008	-	Depósitos a Prazo	15.479	22.889
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	75.085	77.326	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	368	111
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	2	Recursos em Trânsito de Terceiros	368	111
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	75.085	77.324	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	1	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	35.029	32.404	Empréstimos País - Outras Instituições	1	-
Operações de Crédito	36.784	34.569	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.149	7.752
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.755)	(2.165)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	41	457
OUTROS CRÉDITOS	5.804	3.878	Sociais e Estatutárias	2.202	1.663
Rendas a Receber	345	350	Fiscais e Previdenciárias	224	544
Diversos (NOTA 07)	5.507	3.556	Diversas (NOTA 13)	5.682	5.088
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(48)	(28)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.256	489			
Outros Valores e Bens	1.257	490			
(Provisão para desvalorização)	(1)	(1)			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>56.397</b>	<b>42.813</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>73.360</b>	<b>55.169</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.397	42.813	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	73.360	55.169
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.925	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	71.429	55.169
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.925	-	Depósitos a Prazo	71.429	55.169
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	44.822	34.738	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	1.931	-
Operações de Crédito	46.579	36.731	Empréstimos País - Outras Instituições	1.931	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.757)	(1.993)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	-			
Diversos	1	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	5.194	4.778	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.306</b>	<b>45.818</b>
Outros Investimentos	5.194	4.778	<b>CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)</b>	<b>39.355</b>	<b>36.403</b>
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	3.455	3.297	De Domiciliados no País	69.856	65.271
Imóveis de Uso	2.711	2.711	(Capital a Realizar)	(30.501)	(28.868)
Outras Imobilizações de Uso	3.578	3.693	RESERVAS DE SOBRAS	7.525	6.015
(Depreciação acumulada)	(2.834)	(3.107)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	-	-	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.426	3.400
Outros Ativos Intangíveis	862	866			
(Amortização acumulada)	(862)	(866)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>176.408</b>	<b>157.183</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>176.408</b>	<b>157.183</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana**  
CNPJ/MF nº 41.255.225/0001-76

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.339</b>	-	<b>9.339</b>	<b>18.384</b>	-	<b>18.384</b>	<b>18.348</b>	<b>4</b>	<b>18.352</b>
Operações de Crédito	9.291	-	9.291	18.336	-	18.336	18.348	4	18.352
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	48	-	48	48	-	48	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(3.120)</b>	<b>(3)</b>	<b>(3.123)</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(5)</b>	<b>(6.054)</b>	<b>(7.452)</b>	<b>(3)</b>	<b>(7.455)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.286)	(3)	(2.289)	(4.588)	(5)	(4.593)	(4.768)	(3)	(4.771)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(833)	-	(833)	(1.460)	-	(1.460)	(2.684)	-	(2.684)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.219</b>	<b>(3)</b>	<b>6.216</b>	<b>12.335</b>	<b>(5)</b>	<b>12.330</b>	<b>10.896</b>	<b>1</b>	<b>10.897</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.213)</b>	<b>144</b>	<b>(3.069)</b>	<b>(6.163)</b>	<b>294</b>	<b>(5.869)</b>	<b>(4.293)</b>	<b>(53)</b>	<b>(4.346)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	390	410	800	731	808	1.539	508	574	1.082
Rendas de Tarifas Bancárias	482	-	482	922	-	922	877	-	877
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(2.899)	(99)	(2.998)	(5.652)	(187)	(5.839)	(5.640)	(141)	(5.781)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(2.580)	(167)	(2.747)	(4.983)	(301)	(5.284)	(4.115)	(323)	(4.438)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(26)	(37)	(87)	(49)	(136)	(19)	(29)	(48)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	2.458	70	2.528	5.260	108	5.368	5.468	58	5.526
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(1.053)	(44)	(1.097)	(2.354)	(85)	(2.439)	(1.372)	(199)	(1.571)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.006</b>	<b>141</b>	<b>3.147</b>	<b>6.172</b>	<b>289</b>	<b>6.461</b>	<b>6.603</b>	<b>(52)</b>	<b>6.551</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(5)</b>	<b>(1)</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>3.001</b>	<b>140</b>	<b>3.141</b>	<b>6.166</b>	<b>289</b>	<b>6.455</b>	<b>6.607</b>	<b>(49)</b>	<b>6.558</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>(31)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	13	13	-	-	-	-	(16)	(16)
Provisão para Contribuição Social	-	14	14	-	-	-	-	(15)	(15)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>(43)</b>	<b>(80)</b>	<b>-</b>	<b>(80)</b>	<b>(92)</b>	<b>(1)</b>	<b>(93)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>2.958</b>	<b>167</b>	<b>3.125</b>	<b>6.086</b>	<b>289</b>	<b>6.375</b>	<b>6.515</b>	<b>(81)</b>	<b>6.434</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>289</b>	<b>(289)</b>	<b>-</b>	<b>(81)</b>	<b>81</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>2.958</b>	<b>167</b>	<b>3.125</b>	<b>6.375</b>	<b>-</b>	<b>6.375</b>	<b>6.434</b>	<b>-</b>	<b>6.434</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.949)</b>	<b>-</b>	<b>(2.949)</b>	<b>(3.034)</b>	<b>-</b>	<b>(3.034)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.197)	-	(2.197)	(2.288)	-	(2.288)
Fates - Estatutário	-	-	-	(334)	-	(334)	(332)	-	(332)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(418)	-	(418)	(414)	-	(414)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.426</b>	<b>-</b>	<b>3.426</b>	<b>3.400</b>	<b>-</b>	<b>3.400</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana

CNPJ/MF nº 41.255.225/0001-76

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>34.866</b>	<b>29</b>	<b>2.924</b>	<b>-</b>	<b>4.191</b>	<b>42.010</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(1.514)	(1.514)
Destinações para reservas	-	(29)	-	2.677	(2.677)	(29)
Capital de associados						
Aumento de capital	9.219	-	-	-	-	9.219
Baixas de capital	(9.595)	-	-	-	-	(9.595)
Resultado do período	-	-	-	-	6.434	6.434
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(332)	(332)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	414	-	(414)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.913	-	-	-	(2.288)	(375)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>36.403</b>	<b>-</b>	<b>3.338</b>	<b>2.677</b>	<b>3.400</b>	<b>45.818</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.537</b>	<b>(29)</b>	<b>414</b>	<b>2.677</b>	<b>(791)</b>	<b>3.808</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>36.403</b>	<b>-</b>	<b>3.338</b>	<b>2.677</b>	<b>3.400</b>	<b>45.818</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	2.519	-	-	-	(2.966)	(447)
Destinações para reservas	-	-	-	1.092	(415)	677
Outras destinações	-	-	-	-	(19)	(19)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.408	-	-	-	-	2.408
Baixas de capital	(4.068)	-	-	-	-	(4.068)
Resultado do período	-	-	-	-	6.375	6.375
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(334)	(334)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	418	-	(418)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.093	-	-	-	(2.197)	(104)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>39.355</b>	<b>-</b>	<b>3.756</b>	<b>3.769</b>	<b>3.426</b>	<b>50.306</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.952</b>	<b>-</b>	<b>418</b>	<b>1.092</b>	<b>26</b>	<b>4.488</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>37.829</b>	<b>-</b>	<b>3.338</b>	<b>3.092</b>	<b>3.249</b>	<b>47.508</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Destinações para reservas	-	-	-	677	-	677
Capital de associados						
Aumento de capital	1.220	-	-	-	-	1.220
Baixas de capital	(1.787)	-	-	-	-	(1.787)
Resultado do período	-	-	-	-	3.126	3.126
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(334)	(334)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	418	-	(418)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.093	-	-	-	(2.197)	(104)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>39.355</b>	<b>-</b>	<b>3.756</b>	<b>3.769</b>	<b>3.426</b>	<b>50.306</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.526</b>	<b>-</b>	<b>418</b>	<b>677</b>	<b>177</b>	<b>2.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana**  
CNPJ/MF nº 41.255.225/0001-76

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>2.888</b>	<b>6.164</b>	<b>8.508</b>
Resultado do semestre/exercício	3.125	6.375	6.434
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(237)</b>	<b>(211)</b>	<b>2.074</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(537)	(646)	1.859
Provisão para desvalorização de outros créditos	12	20	14
Depreciação do imobilizado de uso	140	278	319
Baixa de amortização do intangível	(4)	(4)	-
Baixas do ativo permanente	13	14	-
Provisão para passivos contingentes	475	458	216
Destinações ao FATES	(334)	(334)	(332)
Dividendos SicrediPar	(2)	3	(2)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(2.720)</b>	<b>(5.431)</b>	<b>14.418</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.933)	(4.933)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	716	2	(2)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(9.971)	(12.063)	3.273
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.419)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(741)	(1.950)	(266)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(423)	(767)	35
Aumento em depósitos	10.468	12.151	11.424
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	303	257	(225)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.932	1.932	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(130)	(193)	142
Aumento em outras obrigações	1.478	133	37
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>168</b>	<b>733</b>	<b>22.926</b>
Aquisição de Investimentos	5	(416)	(516)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(439)	(450)	(234)
Aplicações no Intangível	20	4	-
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(414)</b>	<b>(862)</b>	<b>(750)</b>
Integralização de capital	1.220	2.408	9.219
Baixa de capital	(1.787)	(4.068)	(9.595)
Juros ao capital próprio	(104)	(104)	(375)
Distribuição de Sobras	-	(467)	(1.514)
Destinações para reservas	677	677	(29)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>6</b>	<b>(1.554)</b>	<b>(2.294)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(240)</b>	<b>(1.683)</b>	<b>19.882</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	76.154	77.597	57.715
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	75.914	75.914	77.597

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito Sicredi Centro Pernambucana ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 11 de março de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	829	273
Caixa	429	273
Depósitos bancários	400	-
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	75.085	77.324
<b>Total</b>	<b>75.914</b>	<b>77.597</b>

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.008	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	2.008	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.008</b>	<b>-</b>

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.925	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	2.440	-
DI entre Banco e Cooperativas	485	-
<b>Total não circulante</b>	<b>2.925</b>	<b>-</b>

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019		Total	2018
	Circulante	Não Circulante		
Empréstimos e títulos descontados	29.549	37.412	66.961	59.651
Financiamentos	7.235	9.167	16.402	11.649
<b>Carteira total</b>	<b>36.784</b>	<b>46.579</b>	<b>83.363</b>	<b>71.300</b>

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019		Total	2018
	Circulante	Não Circulante		
Títulos e créditos a receber (i)	3.373	1	3.374	2.201
<b>Total</b>	<b>3.373</b>	<b>1</b>	<b>3.374</b>	<b>2.201</b>

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	56	-	-	-
Nível A	0,50	38.863	27.802	194	139
Nível B	1,00	23.526	21.724	235	217
Nível C	3,00	16.827	13.567	505	407
Nível D	10,00	3.816	5.929	382	593
Nível E	30,00	1.668	1.402	500	421
Nível F	50,00	200	254	100	127
Nível G	70,00	455	1.805	318	1.264
Nível H	100,00	1.326	1.018	1.326	1.018
<b>Total</b>		<b>86.737</b>	<b>73.501</b>	<b>3.560</b>	<b>4.186</b>

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	393	9.233	15.429	30.582	55.637	46.581
Industrial	12	151	108	148	419	290
Comércio	102	1.142	1.875	2.758	5.877	5.014
Outros Serviços	110	4.148	7.454	13.092	24.804	21.616
<b>Total</b>	<b>617</b>	<b>14.674</b>	<b>24.866</b>	<b>46.580</b>	<b>86.737</b>	<b>73.501</b>

**d) Concentração das operações de crédito**

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	17.407	20,07	16.398	22,31
50 devedores seguintes	12.795	14,75	13.373	18,19
100 devedores seguintes	10.424	12,02	9.501	12,93
Demais	46.111	53,16	34.229	46,57
<b>Total</b>	<b>86.737</b>	<b>100</b>	<b>73.501</b>	<b>100</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2019	2018
Saldo inicial	4.186	2.313
Constituição de provisão	1.460	2.684
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.086)	(811)
<b>Saldo final</b>	<b>3.560</b>	<b>4.186</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 454 (2018 - R\$ 118), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.753 (2018 - R\$ 4.503).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	7	37
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	16	-
Devedores por depósitos em garantia	1.622	1.153
Impostos e contribuições a compensar	43	7
Títulos e créditos a receber (ii)	3.373	2.201
Operações com cartões	54	37
Pendências a regularizar	11	27
Outros	381	94
<b>Total Circulante</b>	<b>5.507</b>	<b>3.556</b>

Títulos e créditos a receber (ii)	1	-
<b>Total não circulante</b>	<b>1</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.257	490
Imóveis	1.249	479
Veículos e afins	8	11
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1)	(1)
<b>Total Circulante</b>	<b>1.256</b>	<b>489</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1 (2018 - R\$ 1) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	4.647	4.371
Sicredi Participações S.A.	536	396
Outras Participações e Investimentos	11	11
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	10	9
<b>Total</b>	<b>5.194</b>	<b>4.778</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	164.238 ON	127.116 ON	1	1	4.646.713	4.371.432
	372.258 PN	268.668 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,05%	0,04%	0,62%	0,62%	2,87%	2,97%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	536	396	1	1	4.647	4.371

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	Custo corrigido	2019		2018	
			Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	6.289	(2.834)	3.455		3.297
Imobilizações em curso	-	875	-	875		582
Edificações	4%	2.711	(748)	1.963		2.071
Instalações	10%	1.021	(932)	89		119
Móveis e equipamentos de uso	10%	751	(466)	285		260
Sistema de comunicação	10%	42	(39)	3		5
Sistema de processamento de dados	20%	670	(510)	160		196
Sistema de segurança	10%	219	(139)	80		64
Intangível		862	(862)	-		-
Outros ativos intangíveis		862	(862)	-		-
<b>Total</b>		<b>7.151</b>	<b>(3.696)</b>	<b>3.455</b>		<b>3.297</b>

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos à vista	28.745	-	-	28.745		25.444
Depósitos a prazo	10.216	5.263	71.429	86.908		78.058
<b>Total</b>	<b>38.961</b>	<b>5.263</b>	<b>71.429</b>	<b>115.653</b>		<b>103.502</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	1	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1	-
<b>Total circulante</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Empréstimos no País - outras instituições	1.931	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.931	-
<b>Total não circulante</b>	<b>1.931</b>	<b>-</b>

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	3	821
Provisão para pagamentos a efetuar	469	482
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	1.605	1.147
Pendências a regularizar	1	66
Operações com cartões	3.350	2.365
Demais fornecedores	107	36
Credores diversos	147	171
<b>Total circulante</b>	<b>5.682</b>	<b>5.088</b>

**NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	17	28	(17)	28
Tributária	1.130	447	-	1.577
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>475</b>	<b>(17)</b>	<b>1.605</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	28	17
Tributária	Provável	1.577	1.130
<b>Total</b>		<b>1.605</b>	<b>1.147</b>

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	39.355	36.403
<b>Total de associados</b>	<b>8.008</b>	<b>7.001</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.952 (2018 – R\$ 1.537), sendo R\$ 2.093 (2018 – R\$ 1.913) via integralização de resultados e R\$ 2.408 (2018 – R\$ 9.219), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.068 (2018 – R\$ 9.595).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,89% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.197, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 8% para o FATES.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	6.375	6.465
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.913)	(2.715)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	5	1
Brindes e Doações	(1)	-
Receita com atos cooperativos	1.826	2.736
Juros sobre capital próprio	659	961
Lucros e dividendos	11	-
Outros	(587)	(1.014)
<b>Subtotal</b>	<b>1.913</b>	<b>2.684</b>
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(31)

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	4.933	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	75.085	77.324
Outros Créditos - Rendas a receber	55	39
Investimentos (Nota 09)	5.184	4.768
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	1.932	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	3.237	2.275
<b>Receitas</b>		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	48	96
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	4.424	4.520
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	1	-
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 18)	89	43
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 20)	1.392	944

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	159	0,55%	180
Depósitos a prazo	7.844	9,03%	7.939
Operações de crédito	419	0,50%	350

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.376	1.517

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	146	112
Despesa de aluguéis	331	216
Despesa de comunicação	377	384
Despesa de manutenção e conservação	465	247
Despesa de material	78	67
Despesa processamento dados	203	235
Despesa de promoções e relações públicas	189	154
Despesa de propaganda e publicidade	70	8
Despesa de seguro	80	19
Despesa de serviços do sistema financeiro	506	433
Despesa de serviços de terceiros	210	137
Despesa de serviços de vigilância e segurança	495	440
Despesa de serviços de técnicos especializados	383	297
Despesa de serviços de transportes	575	457
Despesa de viagem	102	61
Despesa de depreciação e amortização	274	319
Dispêndios assistência social e educacional	193	331
Emolumentos judiciais, cartorais e taxas diversas	115	62
Outras despesas administrativas	492	459
<b>Total</b>	<b>5.284</b>	<b>4.438</b>

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	114	100
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	4.385	4.513
Reversão de provisões operacionais	325	195
Outras rendas operacionais	544	718
<b>Total</b>	<b>5.368</b>	<b>5.526</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	436	35
Contribuições Cooperativistas	76	64
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	68	32
Contribuição Confederação Sicredi	631	7
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	532	863
Encargos da administração financeira	23	3
Repasse administradora de Cartões	41	29
Despesas de Cartões - emissão, postagem e processamento	184	307
Outras provisões operacionais	199	80
Outras despesas operacionais	249	151
<b>Total</b>	<b>2.439</b>	<b>1.571</b>

**NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

**II - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

**III - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

**IV - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>49.770</b>	45.422
<b>Nível I (NI)</b>	<b>49.770</b>	45.422
<b>Capital principal - CP</b>	<b>49.770</b>	45.422
Capital social	39.355	36.403
Reservas de capital	7.525	6.015
Lucros acumulados	3.426	3.400
Ajustes Prudenciais	(536)	(396)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>105.967</b>	97.328
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>36.804</b>	33.743
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>46,97%</b>	46,67%
Situação de Imobilização (Imob)	3.464	3.307
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>6,96%</b>	7,28%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Antonyver Carvalho De Mendonça  
Diretor Superintendente  
CPF: 628.156.104-00

Alcindo Bezerra De Menezes Neto  
Diretor Financeiro  
CPF: 360.243.254-87

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20